

PROJETO POLÊMICO

Ministério Público solicita à Justiça que conceda liminar à PBH para barrar complexo na Serra do Curral, que já tem aval da Semad para desmatar. Juiz dá prazo para explicações

Estado libera instalação e MPF reforça coro contra mina

Bel Ferraz, Guilherme Penkoto e Sílvia Pires

Dia de triplo movimento no imbróglio envolvendo licenciamento para empreendimento minerário na Serra do Curral. O Ministério Público Federal (MPF) pediu, ontem, que a Justiça conceda a liminar solicitada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para barrar projeto de mineração na Serra do Curral. Mais cedo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente publicou, no diário oficial do estado, o Minas Gerais, as licenças prévia e de instalação concedidas à Taquari Mineração SA (Tamisa). A empresa e o governo mineiro ganharam 10 dias de prazo para manifestação sobre a ação ajuizada pela PBH junto à Justiça Federal, para suspender a autorização à atividade extrativa. No despacho, o juiz Carlos Roberto de Carvalho afirma ser necessário ouvir todas as partes envolvidas antes de bater o martelo.

Em que pese o tempo dado pelo Judiciário, o licenciamento concedido à Tamisa foi criticado pelo MPF por causa, sobretudo, da ausência de representantes da capital na fase de debates sobre os impactos do empreendimento. Embora a Procuradoria-Geral do Município (PGM) tenha tentado convocar as autoridades estaduais a emitir parecer a respeito do tema, apenas o município de Nova Lima foi consultado. O MPF pede, ainda, aprofundamento das análises acerca dos impactos da exploração à vegetação da área, que tem trechos de Mata Atlântica, e à parte tombada da Serra do Curral — onde está o Pico Belo Horizonte, ponto mais altos da montanha.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo deferimento integral dos pedidos aduzidos pelo Município de Belo Horizonte em sede de tutela antecipada, com a consequente suspensão da licença ambiental de implantação do complexo minerário Serra do Taquari (CMT) na Serra do Curral até que seja corretamente dimensionada a necessidade de participação do município de Belo Horizonte no processo de licenciamento ambiental. O MPF pede, ainda, a "necessidade de esclarecimento total quanto à segurança da atividade sob o pos-



Área onde a Tamisa pretende minerar, na face do Serra do Curral voltada para Nova Lima, atrás do Pico Belo Horizonte

to de vista paisagístico e cultural". A lista de dividas do Ministério Público tem, também, pontos como a ausência de consulta prévia das autoridades ambientais à comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaingó, que corre risco de ser afetada pelo complexo minerário.

A capital mineira teme riscos ao abastecimento hídrico — visto que a Adutora do Taquari, responsável por transportar 70% da água tratada usada na cidade, está na área da atividade minerária. Riscos ao ar e ao sossego da população por causa da poeira das atividades exploratórias e dos explosivos utilizados para abrir a terra também são citados. O terreno de desejo da Tamisa tem extensão equivalente a 1,2 mil campos de futebol.

DESMATAMENTO Com as certidões obtidas ontem, a mineradora está apta a começar a interdição ambiental e retirar a vegetação na região da Fazenda Ana da Cruz, em Nova Lima, no limite com a capital e próxima, justamente, ao Pico Belo Horizonte. Embora a companhia

precise de outra licença, a de operação, para iniciar a escavação do solo, o cenário preocupa defensores da Serra do Curral. "O risco ao patrimônio ambiental é iminente. Com essa licença, eles já podem começar a devastar toda a biodiversidade do espaço", disse o engenheiro ambiental Felipe Gomes, do coletivo "Ah, É Lixo?".

As licenças prévia e de instalação foram unificadas em 2018. "Antes, o licenciamento passava por duas etapas: a licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, e a licença de instalação, que autoriza o início da construção. A gente entende que isso deveria ser considerado ilegal. O processo ainda está em andamento, mas a mineradora já tem autorização para devastar a área", explicou Gomes. A terceira autorização, de operação, pode ser solicitada em até seis anos. "Até lá, a mineradora pode seguir fazendo o estrago na Serra", protestou ele.

CPI CONTINUA NA MIRA Na Assembleia Legislativa, permanecem as articulações em prol da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o processo de licenciamento da Tamisa. Até o início da noite de ontem, o número de as-

sinaturas colhidas permaneceu em 19 — o mesmo de anteontem. Mesmo assim, a deputada estadual Ana Paula Siqueira (Rede), primeira signatária do requerimento, confia em conseguir sete subscrições restantes para atingir o mínimo de adesões para a abertura da apuração. "Tenho manifestações de colegas que ficaram de assinar nas próximas horas. Espero que, amanhã (hoje), a gente tenha uma virada de participação. Acredito, sim, ser possível colher as 26 assinaturas necessárias para abrir o processo — e até mais", disse, ao Estado de Minas.

Uma das apostas de Ana Paula é convencer colegas que não são da Região Metropolitana de Belo Horizonte. "O diálogo é para que eles possam compreender a importância, os impactos e a seriedade do que estamos tratando. Além de todas as questões ambientais postas, há a questão da identidade da capital mineira", explicou. Segundo a deputada, é preciso entender por que o licenciamento conduzido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) andou mais rápido do que o tombamento da serra, analisado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (Consep).

Assembleia faz audiência pública

Enquanto a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em articulação para investigar o licenciamento à Tamisa não sai do papel, as forças legislativas estão concentradas em audiência pública sobre a Serra do Curral prevista para começar às 9h de hoje. A secretária de Estado de Meio Ambiente, Marília Melo, confirmou presença no encontro, agendado para a sede da Assembleia, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Guilherme Machado, diretor da Tamisa, também estará presente, assim como Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fieng), que, na terça-feira, classificou como "tumulto ambiental" a mobilização para barrar o complexo minerário.

"O objetivo é ouvir a população, as instituições, órgãos envolvidos e a empresa responsável,

para que todos os questionamentos sejam respondidos e todas as dúvidas acerca do tema sejam sanadas", afirmou Noraldino Júnior (PSC), presidente da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento mineiro. Ciclistas, por sua vez, prepararam um ato em prol da Serra no domingo (8). Mais de dez grupos de pedal saíram da Praça da Liberdade, na região Centro-Sul da capital, até a Praça do Papa, no Bairro Mangabeiras.

"A Tamisa vê como consequência natural a publicação da licença, que confirma a lisura e transparência do procedimento administrativo de licenciamento ambiental. Ficando demonstrado que foram cumpridas todas as exigências legais e normativas aplicáveis", apontaram os representantes da empresa, após questionamento do EM. Na direção da mineradora, o apoio do MPF à



Secretária de Meio Ambiente, Marília Melo, confirmou presença no encontro

ação da prefeitura belo-horizontina é visto "com serenidade". "A Tamisa poderá demonstrar durante o curso do processo tam-

bém ao Ministério Público Federal, a regularidade do procedimento administrativo de licenciamento ambiental".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 11